

---

# **IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO BRASILEIRO PARA INVESTIMENTOS NACIONAIS EM BUSCA DE UM MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

**Estudante:**

Franklin José Barbosa Borges

**Orientadora:**

Lísia Moreira Cruz

**Escola:**

Instituto Federal do Triângulo Mineiro - *Campus* Uberlândia Centro

**Resumo**

O vigente projeto visa compreender a relação entre os recursos gerados pelo petróleo brasileiro e o Índice de Desenvolvimento Humano do país, abrangendo seus pontos benéficos e como ações humanas e econômicas podem atrapalhar ou auxiliar isso. O objetivo é – a partir de leituras de textos, artigos, livros, notícias, gráficos e estatísticas – analisar e registrar de maneira demonstrativa como os *royalties* do petróleo brasileiro podem contribuir para o aumento dos Índices de educação e saúde do Estado e redução das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Educação, IDH, Petróleo, *Royalties*, Saúde.

**Introdução e justificativa**

O Brasil, no decorrer da história, foi integrado no conjunto de países considerados subdesenvolvidos, em desenvolvimento, de Terceiro Mundo ou Emergentes. Mesmo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é considerado elevado, 0,754 (Pnud - 2017), ainda assim ocupa a 79ª colocação no ranking, ficando atrás de países com indicadores econômicos muito inferiores aos nossos. Mesmo com a 9ª maior economia do mundo (FMI - 2017), o Estado ainda falha em diversos pontos, com problemas referentes a conflitos sociais, educação, saúde e segurança pública. Com a política atual do petróleo, firmada em 2013 por meio da Lei nº 12.858, art. 2º, Inciso IV, § 3º, todos os *royalties* (que são regalias destinadas ao

---

Estado, que devem ser designadas para a população como pagamento pela exploração de algo, neste caso o petróleo) gerados devem ser destinados para saúde (25%) e educação (75%), fatores essenciais para aumento do nível de IDH da população. Dado o exposto, o presente projeto visa o estudo das modificações que ocorreram no Estado em decorrência dos investimentos oriundos do petróleo, além de analisar o potencial específico das riquezas da camada pré-sal, em um contexto social e econômico. Bem como discutir o uso e a atual divisão dos *royalties* do petróleo no atual cenário de desenvolvimento brasileiro, firmados pelas leis 12.351/2010, que menciona acerca da exploração do pré-sal, e a lei 9.478/97 que dispõe sobre as divisões dos recursos arrecadados por meio de *royalties*, dando preferência aos estados produtores, onde tal divisão é contestada pela lei, atualmente suspensa, 12.734/2012.

### **Objetivos**

O presente projeto tem como objetivo analisar as modificações realizadas a partir dos recursos gerados pelo petróleo no contexto social e econômico brasileiro, além de apontar a potencialidade referente aos *royalties* de extração da camada pré-sal, que auxiliam na redução das desigualdades e do aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como discutir sobre o uso dos *royalties* do petróleo diante de um contexto de instabilidade política e econômica nacional. A fim de evidenciar os benefícios trazidos para a população e as implicações no espaço geográfico, além de promover uma discussão acerca da efetividade do acordo homologado nas leis nº 12.858/2013 e 12.351/2010 – referentes à divisão dos recursos gerados pela exploração do petróleo, este exclusivamente acerca da camada pré-sal – e sobre como a má administração e escândalos em gestões podem alterar o real investimento proveniente dos *royalties*.

### **Metodologia**

O desenvolvimento da pesquisa visa o estudo das modificações geradas a partir dos investimentos realizados, oriundos das arrecadações, decorrentes dos *royalties* do petróleo. O projeto inicialmente se estabeleceu com reuniões para definir parâmetros, estabelecendo diretrizes para os caminhos do projeto, logo após foi realizada uma seleção de artigos, para leitura e compreensão do tema, livros e teses para desenvolvimento do trabalho, estatísticas e notícias para quantificar dados para comprovar os objetivos propostos no início do projeto. Sempre reunindo para debater e buscar de novas fontes, enriquecendo o trabalho com a

---

finalidade de evidenciar e demonstrar como o potencial dos investimentos garantidos pela lei nº 12.858/2013 auxiliam no progresso do desenvolvimento humano do país.

Reconhecendo a importância da camada pré-sal para o crescimento das arrecadações dos *royalties*, já que suas reservas superam os 176 bilhões de barris (UERJ, 2015), – número que superaria o Canadá que possui a terceira maior reserva petrolífera do mundo – faz-se necessária a construção de um cenário utópico demonstrando o avanço dos níveis de educação, escolaridade, expectativa de vida e saúde. Estes que contribuem para diminuição nos níveis de desigualdade, como consequência do avanço tecnológico que acelera diretamente a produção de petróleo e aumenta a arrecadação dos *royalties*.

### **Resultados e discussão**

A pesquisa, ao longo de seis meses, apontou diversos fatores favoráveis ao que foi determinado nos objetivos. A começar pela pesquisa acerca dos valores referentes à arrecadação dos *royalties* do petróleo, que são entre 5% e 10% para exploração referente ao pós-sal e 15% referente ao pré-sal, garantido pela lei nº 12.351/2010. E por meio da lei nº 9.478/97 este foi fracionado em porcentagens, sendo 30% para União, 26,5% para os estados produtores, 26,5% municípios das reservas, 8,5% municípios afetados e os restantes 8,5% para municípios e estados não produtores.

Porém uma nova lei (nº 12.734/2012), que está atualmente suspensa pelo STF, define que ocorra uma nova divisão que atribuiria uma maior parcela para os estados e municípios não produtores, com a justificativa de que seria melhor proveitoso para todo o país, pois poderiam, de fato, utilizar de um recurso de grande potencial. Tal recurso, por meio da lei nº 12.858/2013, deve ser obrigatoriamente destinado para saúde (25%) e educação (75%). No ano de 2017 esse valor investido, por meio da arrecadação dos *royalties*, foi de R\$ 30.43 bilhões que foi destinado para as áreas mencionadas. Entende-se disso que o recurso garantido reverbera em uma melhoria do sistema de ensino e de saúde, que auxilia no processo de redução das desigualdades.

Mesmo com a recente crise na Petrobrás em 2014, houve um retorno do crescimento da arrecadação proveniente dos *royalties* do petróleo e o Brasil tem um grande potencial produtor de petróleo e uma reserva em ascensão que a cada ano demonstra sua importância. A camada pré-sal fez com que, nos últimos anos, crescesse a produção e os investimentos na empresa devido principalmente à capacidade das reservas de Campos e Santos em que estudos da UERJ

---

em 2015 apontam 176 bilhões de barris de petróleo, tal número supera o Canadá que hoje é a terceira maior reserva.

Tendo em vista a arrecadação alta que tivemos em 2017 (R\$ 30,43 bilhões) e uma projeção realizada para o fim de 2018 que aponta um valor recorde de R\$ 43 bilhões (CBIE, 2018) percebemos que os *royalties*, que já auxiliam bastante, tendem a enriquecer a cada ano, podendo ser potencializada pelo desenvolvimento tecnológico da exploração do petróleo na camada pré-sal. Esses investimentos se dão como essenciais para a saúde e educação brasileira, que atualmente são vistas como grandes dificuldades que o Brasil possui, principalmente a educação que acaba sendo o gargalo do nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

### **Conclusões**

A partir da pesquisa, pode-se inferir que tal é benéfica para conhecimento, análise e fiscalização da população mediante tamanha quantidade de recursos oriundos das arrecadações geradas pelos *royalties* do petróleo, além do potencial futuro que o pré-sal reserva para investimentos sociais que contribuem para diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Dessa forma, é necessário haver compreensão, por toda a população, dos meios por onde são concedidos investimentos no país, neste caso, os *royalties*, para que assim possa entender os motivos da situação em que vivemos atualmente. E deste modo, possa ter ciência dos seus direitos, ou seja, do que deveria realmente ter sido feito com os recursos que foram direcionados e verificar se esses estão sendo devidamente aplicados em função do desenvolvimento da sociedade. Para que, com isso, a população saiba do grau de comprometimento do Estado e possa se manifestar em favor de um cumprimento dos acordos homologados em lei.

### **Referências**

BRASIL. *Lei n. 12.858, de 9 de setembro de 2013*. Brasília, DF, set. 2013.

BRASIL. *Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997*. Brasília, DF, ago. 1997.

BRASIL. *Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010*. Brasília, DF, dez. 2010.

BRASIL. *Lei n. 12.734, de 30 de novembro de 2012*. Brasília, DF, nov. 2012.

PEZZINO, Rodrigo Fabrizzio Cordeiro. *Royalties de petróleo e gás natural*. 2016. Tese de Doutorado.

APN. *Reservas estratégicas*. Disponível em: <<https://goo.gl/4XvvTF>>. Acesso em: 14 set. 2018.

---

EXAME. *Maiores reservas de petróleo*. Disponível em: <<https://goo.gl/Qb1P3t>>. Acesso em: 13 set. 2018.